



VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



SUMÁRIO

	<u>Páginas</u>
Relatório do Auditor Independente	2
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixas	8
Notas Explicativas	9 - 29

Rua Alberto de Campos, 12 - Cantagalo - Ipanema - Rio de Janeiro
RJ - Brasil - Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br

VIVA RIO**CNPJ. : 00.343.941/0001-28****“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **VIVA RIO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

A Entidade não possui controle físico sobre o Imobilizado do Grupo Ativo Não Circulante. Para determinar seus saldos e montantes adequados a serem contabilizados em despesas de depreciação, e para isso será necessário efetuar o levantamento físico e econômico do Ativo Imobilizado e, devido aos fatos descritos anteriormente, a Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e a revisão da vida útil econômica desses bens em atendimento à Resolução CFC nº 1.177/09 – NBC TG 27.

A Entidade não apresentou sistemicamente, e nem por composição o histórico do saldo da rubrica Outras Obrigações a Pagar do Grupo do “Passivo Não Circulante”, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 18.489.281,90 não sendo possível formarmos opinião sobre o mesmo.

A Entidade apresentou o Relatório dos Processos Judiciais emitido por seus Advogados, entretanto as informações não foram conclusivas e não obtivemos evidências quanto à existência de contingências passivas com probabilidade de perda, bem como seus respectivos valores de execução, impossibilitando o reconhecimento contábil, com isso a Entidade não atendeu a Resolução do CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade,

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa @grupo_audisa grupoaudisa.consultoras

e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a Continuidade Operacional

A Entidade se encontra com o Patrimônio Líquido Negativo no montante de R\$ 5.469.144,67, que se encontra devidamente comentado em Notas Explicativas. As Demonstrações Contábeis deste exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. A Entidade continua com o esforço para otimizar os recursos recebidos, definindo através de planejamentos estratégicos, metas visando a obtenção de novas receitas assim como o recebimento de valores em aberto de obrigatoriedade do Poder Público. Espera-se uma maior eficiência dos processos operacionais com o sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa
 @grupo_audisa
 grupoaudisa.consultores

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 06 de junho de 2019

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS

CRC/SP 2SP "S" "RJ" 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior

Contador

CRC/RS "S" "RJ" 058.252/O-1

CNAI/RS – 718

CVM Ato Declaratório Nº. 7710/04

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



VIVARIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

BALANÇO PATRIMONIAL

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM

	REF	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado	01/01/2017 Reapresentado
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE		613.019.503	596.081.917	195.137.900
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	29.575.005	17.887.338	47.715.307
VALORES A RECEBER	5	134.516.456	574.857.093	141.737.130
ESTOQUES	6	3.000.499	2.400.454	5.209.330
SUBVENÇÃO – EMPENHO DE DESPESAS	7	443.952.351	-	-
OUTROS CRÉDITOS		1.975.192	937.032	476.133
ATIVO NÃO CIRCULANTE		395.186	395.186	432.328
INVESTIMENTOS		-	-	37.142
IMOBILIZADO		395.186	395.186	395.186
TOTAL DO ATIVO		613.414.689	596.477.103	195.570.228

	REF	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado	01/01/2017 Reapresentado
PASSIVO				
PASSIVO CIRCULANTE		600.394.551	602.557.360	190.101.856
OBRIGAÇÕES A PAGAR	8	133.150.261	160.929.313	103.321.083
RECURSOS (SUBVENÇÃO) A REALIZAR	9	23.268.853	441.628.047	84.141.481
SUBVENÇÃO - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	10	443.952.351	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		23.086	-	2.639.292
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.489.282	23.086	2.032.293
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		-	23.086	45.379
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR		18.489.282	-	1.986.914
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	11	(5.469.144)	(6.103.343)	3.436.079
PATRIMÔNIO SOCIAL		(6.103.343)	3.436.079	3.270.453
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		634.199	(9.539.422)	165.626
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		613.414.689	596.477.103	195.570.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Sebastião Correia dos Santos
Presidente
CPF.: 463.219.347-04

Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



VIVARIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM

	<u>REF</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> Reapresentado
DOAÇÕES E RECURSOS SEM RESTRIÇÃO DE USO		16.116.263	13.973.088
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES		(8.890.839)	(20.741.155)
(-) SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS TIPIFICADOS		(5.596.487)	(11.027.560)
(-) PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS, FILANTRÓPICOS E DESPORTIVOS		(3.294.352)	(9.713.595)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO		7.225.424	(6.768.067)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(6.447.511)	(5.813.846)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS		(6.447.511)	(5.813.846)
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		-	1.744.356
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		777.913	(10.837.557)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(143.714)	1.298.135
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		270.067	1.700.859
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		(413.781)	(402.724)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS		634.199	(9.539.422)
RESULTADO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO			
(+) SUBVENÇÕES PARA GESTÃO DE SAÚDE		602.662.203	685.486.805
(-) PESSOAL		(474.793.790)	(523.849.521)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS		(70.938.466)	(97.405.748)
(-) MATERIAIS DIRETOS		(23.075.598)	(25.247.635)
(-) MATERIAIS DE USO E CONSUMO		(3.449.416)	(5.420.405)
(-) EQUIPAMENTOS DIRETOS		(273.649)	(1.554.001)
(-) DEMAIS CUSTOS SUBVENCIONADOS		(30.131.284)	(32.009.495)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS CONTAS DE APLICAÇÕES ESPECÍFICAS		-	-
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	12	634.199	(9.539.422)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Sebastião Correia dos Santos

Presidente

CPF.: 463.219.347-04

Rodrigo Napolitano dos Santos

Contador

CRC-RJ 107.680/O-0

Rua Alberto de Campos, 12 - Cantagalo - Ipanema - Rio de Janeiro
RJ - Brasil - Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



VIVARIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS

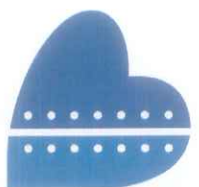
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	REF	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT PERÍODO	TOTAL
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2017		4.860.279	165.626	5.025.905
RETIFICAÇÃO DE ERROS, REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES, IDENTIFICADOS EM 2018		(1.589.826)	-	(1.589.826)
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2017 - REAPRESENTADO		3.270.453	165.626	3.436.079
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2016		165.626	(165.626)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2017 - ORIGINAL		-	23.826.129	23.826.129
RETIFICAÇÃO DE ERROS, REFERENTES A 2017, IDENTIFICADOS EM 2018		-	(33.365.551)	(33.365.551)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - REAPRESENTADO		3.436.079	(9.539.422)	(6.103.343)
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2017		(9.539.422)	9.539.422	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2018		-	634.199	634.199
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		(6.103.343)	634.199	(5.469.144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Sebastião Correia dos Santos
Presidente
CPF.: 463.219.347-04


Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0



VIVARIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> Reapresentado
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	634.199	(9.539.422)
(-) GANHOS NA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	-	(1.744.356)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT AJUSTADO	634.199	(11.283.778)
(+/-) VARIAÇÕES ATIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	(5.249.919)	(430.771.986)
(+/-) VARIAÇÕES PASSIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	16.303.387	413.107.882
(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.687.667	(28.947.882)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+/-) INVESTIMENTOS	-	37.142
(+/-) IMOBILIZADO	-	1.744.356
(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	1.781.498
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+/-) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	(2.661.585)
(=) FLUXO DE CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(2.661.585)
(=) AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	11.687.667	(29.827.969)
(+) SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	17.887.338	47.715.307
(=) SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	29.575.005	17.887.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Sebastião Correia dos Santos
Presidente
CPF.: 463.219.347-04


Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0



CNPJ: 00.343.941/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A VIVA RIO (Entidade) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade de lucro, constituída como associação, que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços, executa programas e/ou projetos dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal; observando os princípios da assistência social.

As demonstrações financeiras da VIVA RIO abrangem todas as ações da Entidade, incluindo as parcerias com Administração Pública de todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal).

Em 2018, a Entidade aplicou seus recursos integralmente no desenvolvimento das suas finalidades institucionais, compreendendo a realização das seguintes atividades e áreas de atuação:

a) Assistência Social

- a.1) Convivência e fortalecimento de vínculos;
- a.2) Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências;
- a.3) Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro;
- a.4) Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas;
- a.5) Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda;
- a.6) Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos;
- a.7) Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua interação à vida comunitária;
- a.8) Promoção da integração ao mercado de trabalho.

b) Socioambiental, Filantrópico e Desportivo

- b.1) Sensibilização socioambiental e promoção de geração de renda em comunidades e ambientes rurais;
- b.2) Integração de interesses essenciais à melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos;
- b.3) Promoção da cultura de paz e viabilização da inclusão social;

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



b.4) Prática de desporto de participação, de formação e de rendimento.

c) Saúde em Rede (Gestão de Saúde)

c.1) Apoio no gerenciamento das ações de saúde, mediante instrumentos de parceria público-privada com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal);

c.2) Apoio técnico a projetos de qualificação de profissionais para atuação na área de informação, comunicação e educação popular, referentes à promoção da saúde, que atuem na Estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde, mediante instrumentos de parceria público-privada com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal).

NOTA 02 – BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

a) Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Entidade declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:

- i. Resolução CFC n.º 750/93 e suas alterações – dispõe sobre os Princípios de Contabilidade;
- ii. Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;
- iii. Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- iv. Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- v. Resolução CFC n.º 1.409/12 e suas alterações – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;
- vi. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

2.2. Moeda funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

10

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4. Reapresentação Retrospectiva

Reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações financeiras, como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido.

a) Retificação de Erros

Durante o exercício de 2018, a Entidade identificou que as receitas de subvenções governamentais (convênios e contratos de gestão) foram erroneamente reconhecidas no resultado de exercícios anteriores.

Consequentemente, as receitas de subvenções governamentais e os ativos relacionados foram apresentados a maior.

Ainda, identificou-se que, desde o exercício 2017, a apuração das provisões trabalhistas não observou os critérios geralmente aceitos para a definição das estimativas de apropriação no passivo.

Os erros foram retificados pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Entidade:

Descrição	31/12/2017			01/01/2017		
	Original ¹	Ajuste	Reapresentação	Original	Ajuste	Reapresentação
Ativo						
VALORES A RECEBER	617.860.105	(43.003.012)	574.857.093	143.326.956	(1.589.826)	141.737.130
Passivo						
PROVISÕES TRABALHISTAS	88.676.006	(9.601.616)	79.074.390	46.060.881	-	46.060.881
OBRIGAÇÕES TRIBUT. PREVID.	7.836.221	(35.846)	7.800.375	10.175.453	-	10.175.453
Patrimônio Líquido						
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.436.079	-	3.436.079	4.860.279	(1.589.826)	3.270.453
RESULTADO DO PERÍODO	23.826.129	(33.365.550)	(9.539.421)	165.626	-	165.626

¹ Considerar impactos dos ajustes aplicados no saldo de abertura original em 01/01/2017



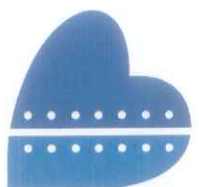
b) Divulgação de Elementos nas Demonstrações Financeiras

Em 2018, a fim de conceder maior compreensibilidade às informações qualitativas das demonstrações financeiras, permitindo que os seus diversos usuários tenham maior entendimento sobre o desempenho das operações realizadas, a Entidade julgou necessário a reclassificação de elementos de receitas e despesas. A reclassificação motivou o surgimento de novos agrupamentos e/ou adequação de agrupamentos anteriores. Desta forma, mantendo a comparabilidade entre os saldos atuais e a divulgação de elementos na demonstração do resultado do ano anterior, o quadro a seguir apresenta a reclassificação destes elementos:

[illegible]

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030
Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753
Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745
CNPJ: 00.343.941/0001-28 www.vivario.org.br





VIVARIO

NOTA 03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

3.2. Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

3.3. Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

3.4. Recursos com Restrição de Uso – Aplicação Específica

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa.



(i) Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira

Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

(ii) Equivalentes de Caixa – Recursos com Restrição

Equivalentes de caixa mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de projetos e/ou demais atividades de fins específicos, contendo restrições sobre a sua utilização, são apresentados separadamente daqueles livres de restrições sobre a sua utilização.

3.6. Ativos e passivos financeiros básicos (contas e títulos a receber e a pagar, e empréstimos bancários ou de terceiros)

A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

O ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

15

3.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de apuração pelo custo médio ponderado.

3.8. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Apuração do Resultado do Período

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

3.11. Subvenções Governamentais e Doações sem Restrições de Uso

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

As doações sem restrição de uso, definidas pelo doador/financiador, são reconhecidas diretamente no resultado simultaneamente ao seu registro no ativo.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.

A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e racionais e confrontada com as despesas correspondentes.

Na demonstração do resultado a subvenção é apresentada como crédito, tal como "outras receitas". Este método permite a separação da subvenção das despesas relacionadas; facilitando a comparação com outras despesas não afetadas pelo benefício de uma subvenção.

3.12. Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de entidade sem fins lucrativos. Portanto não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; o reconhecimento contábil não é efetuado para os impostos afastados pela imunidade fiscal.

3.13. Gratuidade

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços é reconhecido pelo valor de custo efetivamente incorrido.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.5*.

Substancialmente, os saldos de caixas e equivalentes de caixa da Entidade estão restritos para uso somente nas obrigações previstas nos convênios e contratos de gestão firmados com a Administração de Pública (subvenções governamentais).



A seguir, apresentamos os saldos de caixas e equivalentes de caixa de uso livre e os saldos com restrição de uso, conforme a área de atuação da Entidade no exercício de 2018:

DESCRIÇÃO	31/12/2018				31/12/2017
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	6.265.922	265.456	-	6.531.378	1.004.141
CAIXA	-	-	-	-	108.268
BANCO CONTA MOVIMENTO	2.093.970	56.375	-	2.150.345	495.185
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.171.952	209.081	-	4.381.033	400.688
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	23.043.627	23.043.627	16.883.197
BANCOS	-	-	15.326	15.326	374.143
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	23.028.301	23.028.301	16.509.054
	6.265.922	265.456	23.043.627	29.575.005	17.887.338

Os recursos recebidos em decorrência de subvenção governamental (convênios e contratos de gestão) são depositados e geridos em conta bancária específica, em instituição financeira pública indicada pela Administração Pública, e, enquanto não realizados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 1 (um) mês. Os rendimentos das aplicações financeiras, quando autorizados, serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

17

NOTA 05 – VALORES A RECEBER

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.6*.

Em 2018, a Entidade apresenta saldos de títulos e/ou contratos a receber, oriundos de parcerias com a iniciativa privada, onde a natureza dos recursos é de livre aplicação nos projetos e ações realizadas.

Os recursos a receber com restrição de uso, oriundos dos convênio e contratos de gestão com a Administração Pública (subvenções governamentais), representam os montantes não recebidos necessários para a cobertura de obrigações já existentes, assumidas na execução das despesas do objeto pactuado (Gestão de Saúde).

A seguir, apresentamos os valores a receber de uso livre e os saldos com restrição de uso, conforme a área de atuação da Entidade no exercício de 2018:

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



31/12/2018					
DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	31/12/2017
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	6.089.357	2.101.716	-	8.191.073	7.064.326
CONTRATOS A RECEBER	6.089.357	2.101.716	-	8.191.073	7.064.326
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	126.325.384	126.325.384	567.792.767
CONVÊNIOS/ CONTRATOS GESTÃO	-	-	126.325.384	126.325.384	567.792.767
	6.089.357	2.101.716	126.325.384	134.516.457	574.857.093

5.1. Valores a Receber para Uso Restrito

A fim de permitir um melhor entendimento sobre os recursos a receber de convênios e contratos de gestão, relacionados a aplicação específica nas atividade de Gestão de Saúde, a Entidade apresenta o detalhamento dos instrumentos firmados que possuem déficit no repasse de recursos financeiros:

FINANCIADOR	CONVÊNIO / CONTRATO	A RECEBER EM 31/12/2018
SMS-Rio	146/2014	24.061.845
SMS-Rio	019/2014	17.650.063
SMS-Rio	001/2016	15.556.861
SMS-Rio	030/2014	9.042.650
SMS-Rio	007/2015	8.640.861
SMS-Rio	059/2013	2.279.834
Total SMS-Rio		77.232.113
SES-RJ	029/2012	9.032.578
SES-RJ	026/2012	8.181.595
SES-RJ	003/2017	6.748.283
SES-RJ	028/2012	4.943.453
SES-RJ	007/2017	4.162.180
SES-RJ	008/2017	3.455.641
SES-RJ	018/2017	3.275.464
SES-RJ	009/2017	2.458.676
Total SES-RJ		42.257.868
Prefeitura Munc. Paraty	050/2015	4.745.325
Prefeitura Munc. Pinheiral	108/2015	1.685.515
CISMEPA	001/2017	404.562
		126.325.384



VIVARIO

NOTA 06 – ESTOQUES

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.7.*

DESCRIÇÃO	31/12/2018				31/12/2017
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	6.069	-	-	6.069	6.051
MATERIAL DE USO E CONSUMO	6.069	-	-	6.069	6.051
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	2.994.430	2.994.430	2.394.403
MATERIAL DE LIMPEZA	-	-	96.110	96.110	213.521
MATERIAL DE USO E CONSUMO	-	-	191.631	191.631	130.427
MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR	-	-	1.496.280	1.496.280	1.261.330
MATERIAL ODONTOLÓGICO	-	-	36.458	36.458	696.894
MEDICAMENTOS	-	-	1.173.951	1.173.951	92.231
	6.069	-	2.994.430	3.000.499	2.400.454

NOTA 07 – SUBVENÇÕES – EMPENHO DE DESPESAS

Em 2018, por meio de contas compensatórias, a Entidade adotou o controle dos empenhos de despesas já autorizados pela Administração Pública, referentes a convênios e contratos de gestão (aplicação específica e restrita) para liquidação prevista no exercício seguinte; permitindo uma melhor evidenciação contábil.

Abaixo, o detalhamento dos instrumentos firmados que possuem empenhos de despesas já autorizados, para liquidação em 2019:

19



FINANCIADOR	CONVÊNIO / CONTRATO	EMPENHO DE DESPESAS
SMS-Rio	030/2014	157.425.220
SMS-Rio	146/2014	138.827.958
SMS-Rio	019/2014	76.958.313
SMS-Rio	059/2013	10.482.330
Total SMS-Rio		383.693.821
SES-RJ	018/2017	6.974.464
SES-RJ	008/2017	6.961.388
SES-RJ	007/2017	6.942.202
SES-RJ	007/2014	5.978.109
SES-RJ	009/2017	5.761.568
SES-RJ	003/2017	2.137.500
Total SES-RJ		34.755.230
Prefeitura Munc. Paraty	050/2015	23.134.821
CIMESPA	001/2017	1.385.450
Prefeitura Munc. Pinheiral	108/2015	983.029
		443.952.351

20

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.6*.

O saldo de obrigações a pagar em 31 de dezembro de 2018 é composto como segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2018				31/12/2017
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	2.517.388	1.830.237	-	4.347.625	4.145.613
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-	-	-	-	383.674
PROVISÕES TRABALHISTAS	476.010	897.163	-	1.373.173	1.112.665
OBRIG TRIBUTÁRIAS / PREVIDENC	-	-	-	-	170.564
FORNECEDORES E OUTROS A PAGAR	2.041.378	933.074	-	2.974.452	2.478.710
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	128.802.636	128.802.636	156.783.700
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-	-	28.165.420	28.165.420	30.292.736
PROVISÕES TRABALHISTAS	-	-	63.382.913	63.382.913	77.961.725
OBRIG TRIBUTÁRIAS / PREVIDENC	-	-	7.551.307	7.551.307	7.629.811
FORNECEDORES E OUTROS A PAGAR	-	-	29.702.996	29.702.996	40.899.428
	2.517.388	1.830.237	128.802.636	133.150.261	160.929.313

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



a) Obrigações Trabalhistas

Representam os salários e ordenados, quando pagos em mês seguinte a que forem incorridos, tomando como base de informação a folha de salários. Os encargos sociais, tais como FGTS e contribuições sindicais, também integram a composição deste saldo.

b) Provisões Trabalhistas

Representam as estimativas para o fundo de provisionamento de recursos destinados a liquidação de remunerações de férias, 13º salário e de indenizações rescisórias; tais como indenizações de aviso prévio e multas rescisórias sobre o saldo do FGTS dos funcionários.

A Entidade aplica critérios geralmente aceitos na determinação da base de estimativa destes provisionamentos.

c) Obrigações Tributárias e Previdenciárias

Representam a obrigação da Entidade relativa a valores retidos de empregados e terceiros (fornecedores, locadores, concessionárias, dentre outros) a título de impostos e contribuições sociais e previdenciárias incidentes sobre os salários ou rendimentos pagos/creditados a terceiros, observando a legislação vigente.

d) Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Fornecedores representam as obrigações da Entidade decorrentes das compras de produtos e serviços necessários para o desenvolvimento de suas atividades, sejam elas próprias ou não (convênios e contratos de gestão). As obrigações decorrentes de aquisição de ativos e da contratação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, propaganda, honorários profissionais de terceiros e aluguéis de imóveis e equipamentos também integram a composição deste saldo.

21

8.1. Obrigações a Pagar com Recursos Restritos

A fim de permitir um melhor entendimento sobre o comprometimento dos recursos financeiros, na execuções dos planos de trabalho de convênios e contratos de gestão, relacionados às atividades da área de Gestão de Saúde, a Entidade apresenta o detalhamento das obrigações a pagar por instrumento pactuado com a Administração Pública:

Rua Alberto de Campos, 12 - Cantagalo - Ipanema - Rio de Janeiro
RJ - Brasil - Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivarior.org.br



FINANCIADOR	CONVÊNIO / CONTRATO	A PAGAR EM 31/12/2018
SMS-Rio	146/2014	33.840.026
SMS-Rio	030/2014	27.719.762
SMS-Rio	019/2014	20.415.379
SMS-Rio	007/2015	3.115.701
SMS-Rio	059/2013	2.706.424
SMS-Rio	001/2016	535.905
Total SMS-Rio		88.333.197
SES-RJ	003/2017	7.237.516
SES-RJ	007/2017	5.719.059
SES-RJ	008/2017	5.447.659
SES-RJ	018/2017	4.999.972
SES-RJ	009/2017	4.839.259
SES-RJ	007/2014	4.407.655
Total SES-RJ		32.651.120
Prefeitura Munc. Paraty	050/2015	4.785.878
Prefeitura Munc. Pinheiral	108/2015	1.735.736
CISMEPA	001/2017	1.296.705
		128.802.636

22

NOTA 09 – RECURSOS (SUBVENÇÕES) A REALIZAR

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.11*.

Os recursos a realizar com restrição de uso, oriundos dos convênio e contratos de gestão com a Administração Pública (subvenções governamentais), representam os recursos financeiros recebidos e, ainda, não aplicados na liquidação das obrigações assumidas na execução das despesas do objeto pactuado (Gestão de Saúde):

FINANCIADOR	CONVÊNIO / CONTRATO	A REALIZAR EM 31/12/2018
SES-RJ	027/2012	15.027.745
SES-RJ	007/2014	3.229.642
SES-RJ	007/2012	3.229.056
Total SES-RJ		21.486.443
SMS-Rio	019/2014	1.782.410
		23.268.853

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



VIVARIO

NOTA 10 – SUBVENÇÃO – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Ver *nota explicativa 7*.

Em 2018, a Entidade reconheceu as obrigações contratuais para o exercício subsequente, relacionadas aos empenhos de despesas já autorizados pela Administração Pública, referentes a convênios e contratos de gestão (aplicação específica e restrita); permitindo uma melhor evidenciação contábil.

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Em decorrência das retificações de erros, referentes a exercícios anteriores a 2018, conforme mencionado na *nota explicativa 2.4.(a)*, a Entidade apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2018.

A Administração tem uma expectativa razoável de que terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

As demonstrações financeiras da Entidade são elaboradas no pressuposto da continuidade operacional; não havendo a necessidade de revisão de critérios para avaliação de ativos e de mensuração de resultados no exercício de 2018.

NOTA 12 – SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES (ATIVIDADES PRÓPRIAS)

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.3*.

A Entidade atua em 03 áreas de atuação estratégica para a consecução das suas finalidades institucionais. Estas áreas de atuação agrupam as atividades e projetos próprios da Entidade; bem como, as atividades e projetos em parceria com a Administração Pública, pactuados por meio de convênio e contrato de gestão (qualificação de Organização Social – OS)

Neste contexto operacional (*ver nota explicativa nº 01*), as atividades e projetos realizados no âmbito da Assistência Social e na área de caráter filantrópico são desenvolvidos a partir de recursos econômico-financeiros gerados pela própria Entidade. Entretanto, as atividades realizadas em parceria com a Administração Pública, na área de gestão de unidades públicas de saúde, por meio de convênios e contratos de gestão, são desenvolvidas integralmente com o fomento de recursos econômico-financeiros governamentais, repassados para aplicação específica e exclusiva neste objeto.

Ressalta-se que o desempenho econômico-financeiro da atuação em gestão de unidades públicas de saúde deve ser nulo; não impactando no resultado próprio da Entidade e nem na sua situação patrimonial.

Para maior entendimento do desempenho destas áreas no resultado do período de 2018, segregamos a apresentação da demonstração de resultado:

	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	GESTÃO DE SAÚDE	31/12/2018
DOAÇÕES E RECURSOS SEM RESTRIÇÃO DE USO	11.545.673	4.570.590	-	16.116.263
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	(5.596.487)	(3.294.352)	-	(8.890.839)
(-) SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS TIPIFICADOS	(5.596.487)	-	-	(5.596.487)
(-) SOCIOAMBIENTAIS, FILANTRÓPICOS E DESPORTIVOS	-	(3.294.352)	-	(3.294.352)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO	5.949.186	1.276.238	-	7.225.424
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(6.447.511)	-	-	(6.447.511)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	(6.447.511)	-	-	(6.447.511)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(498.325)	1.276.238	-	777.913
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(124.397)	(19.317)	-	(143.714)
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	260.303	9.764	-	270.067
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(384.700)	(29.081)	-	(413.781)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS	(622.722)	1.256.921	-	634.199
RESULTADO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO				
(+) SUBVENÇÕES PARA GESTÃO DE SAÚDE	-	-	602.662.203	602.662.203
(-) PESSOAL	-	-	(474.793.790)	(474.793.790)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS	-	-	(70.938.466)	(70.938.466)
(-) MATERIAIS DIRETOS	-	-	(23.075.598)	(23.075.598)
(-) MATERIAIS DE USO E CONSUMO	-	-	(3.449.416)	(3.449.416)
(-) EQUIPAMENTOS DIRETOS	-	-	(273.649)	(273.649)
(-) DEMAIS CUSTOS SUBVENCIONADOS	-	-	(30.131.284)	(30.131.284)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS CONTAS DE APLICAÇÃO ESPECÍFICA	-	-	-	-
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	(622.722)	1.256.921	-	634.199



NOTA 13 – CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO (APLICAÇÃO ESPECÍFICA)

Em 2018, observando que os recursos destinados para as atividades da área de gestão de unidades de saúde pública devem ser registrados em contas segregadas das demais contas próprias da Entidade, bem como o desempenho econômico-financeiro desta atuação ter efeito nulo nas operações próprias, a Administração reapresentou as demonstrações financeiras (*ver nota explicativa n.º 2.4.*) com adequada adoção da política contábil e a adequada divulgação dos resultados segregados por área de atuação e entre as operações próprias e operações em parceria com a Administração Pública. O resumo abaixo evidencia os efeitos nos resultados da Entidade (de 2014 a 2018):

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	TOTAL
OPERAÇÕES EM ATIVIDADES PRÓPRIAS						
(+/-) SUPERÁVIT / DÉFICIT - ATIVIDADES PRÓPRIAS	634.199	(9.575.268)	10.995.769	5.060.989	8.556.663	15.672.352
(+/-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, IDENTIFICADOS EM 2018	-	35.846	-	-	-	35.846
(=) RESULTADO DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS	634.199	(9.539.422)	10.995.769	5.060.989	8.556.663	15.708.198
OPERAÇÕES EM CONTA DE APLICAÇÃO ESPECÍFICA						
(-) APLIC RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO - ORIGINAL	(602.662.203)	(652.085.408)	(669.077.822)	(498.653.848)	(200.415.975)	(2.622.895.256)
(+/-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, IDENTIFICADOS EM 2018	-	(33.401.397)	-	(1.589.826)	-	(34.991.223)
(+/-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, IDENTIFICADOS EM 2017	-	-	10.830.144	(5.301.544)	(12.889.681)	(7.361.081)
(=) APLICAÇÃO DE RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO - AJUSTADO	(602.662.203)	(685.486.805)	(658.247.678)	(505.545.218)	(213.305.656)	(2.665.247.560)
(+) SUBVENÇÕES PARA GESTÃO DE SAÚDE	602.662.203	685.486.805	658.247.678	505.545.218	213.305.656	2.665.247.560
(=) RESULTADO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO	-	-	-	-	-	-
(=) SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO - AJUSTADO	634.199	(9.539.422)	10.995.769	5.060.989	8.556.663	15.708.198

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030
Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753
CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745
www.vivario.org.br



NOTA 14 – ÁREA DE PREPONDERÂNCIA (CEBAS)

A Entidade atuou preponderantemente no âmbito da Assistência Social; considerando o critério da área de atuação própria que apresenta a maior realização de despesas neste período.

A realização de despesas no âmbito da Assistência Social observa a execução de todas as ações tipificadas como serviços sócio assistenciais, conforme regulamentos do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS da respectiva localidade da ação.

Em 2018, a Entidade realizou 63% dos seus custos diretamente atribuíveis aos serviços sócioassistenciais tipificados e prestados gratuitamente aos seus beneficiários:

DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	TOTAL	%
OPERAÇÕES EM ATIVIDADES PRÓPRIAS				
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	499.898	-	499.898	
ESTAÇÃO FUTURO	147.300	-	147.300	
BRINQUEDOTECA	248.422	-	248.422	
NATAÇÃO COMUNITÁRIA	104.177	-	104.177	
PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA	272.398	-	272.398	
VOLUNTARIADO	235.309	-	235.309	
HAITI É AQUI	37.089	-	37.089	26
ASSESSORAMENTO E DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS	2.447.036	-	2.447.036	
FAVELA HUB	258.983	-	258.983	
FORTALECIMENTO DA REDE COMUNITÁRIA	345.119	-	345.119	
DE OLHO NO LIXO	1.388.003	-	1.388.003	
CENTRAL VIVA	188.248	-	188.248	
CUIDANDO DE QUEM CUIDA	266.683	-	266.683	
HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	92.744	-	92.744	
VIVA RIO EFICIENTE	92.744	-	92.744	
PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO	2.284.411	-	2.284.411	
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	2.284.411	-	2.284.411	
SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS TIPIFICADOS	5.596.487	-	5.596.487	63%
PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS, FILANTRÓPICOS E DESPORTIVOS	-	3.294.352	3.294.352	37%
	5.596.487	3.294.352	8.890.839	100%

Para uma melhor evidenciação da preponderância de atuação, a Entidade não atribuiu os montantes de despesas administrativas e gerais (não atribuíveis diretamente) aos custos dos serviços sócioassistenciais; evitando quaisquer distorções causadas por eventuais critérios de rateio.

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



Na avaliação da área preponderante, a Administração desconsidera as despesas realizadas na área de gestão de unidades públicas de saúde. Nesta área de atuação, a Entidade não possui unidade de saúde própria registrada, tampouco alguma filial cadastrada como sendo de saúde. Ainda, não possui produção própria de serviço saúde ou presta diretamente serviços complementares ao SUS (oferta de internações hospitalares e/ou serviços ambulatoriais).

A avaliação da área preponderante é um dos aspectos primordiais para a obtenção/concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Esta certificação permite a usufruição do benefício fiscal de isenção das contribuições sociais.

NOTA 15 – ISENÇÕES FISCAIS USUFRUÍDAS

Conforme a Portaria SNAS/MDS n.º 105, de 04 de novembro de 2015, foi deferido o pedido de renovação do certificado de Entidade beneficente de Assistência Social, na área da Assistência Social, por atender os requisitos exigidos na Lei nº 12.101/2009.

a) Contribuições Previdenciárias

A Contribuição Previdenciária é calculada pela alíquota de 27,80% sobre as remunerações pagas ou creditadas a segurados empregados e contribuintes individuais que prestam serviços a Entidade.

27

b) Contribuições para o financiamento da seguridade social

A COFINS é calculada pela alíquota de 3,0% sobre a receita bruta de serviços prestados (faturamento), e registrado como dedução dos serviços em contrapartida de receita de isenção.

Em 2018, a Entidade não apurou base de cálculo (fato gerador) para reconhecimento da COFINS isenta.

NOTA 16 – IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

a) Característica da imunidade

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

1. a Entidade é regida pela Constituição Federal;
2. a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



3. não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
4. não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

b) Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (§ 1º art. 39 do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (§ 1º art. 39 do Estatuto Social);
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

NOTA 17 – COBERTURA DE SEGUROS

28

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Os seguros têm por objetivo reembolsar, até o limite máximo da importância assegurada das quantias pelas quais o Segurado vier a ser o responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, relativas às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste contrato e que decorram de riscos cobertos.

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil. Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo;
- Contas a receber – apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

Rua Alberto de Campos, 12 – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – Brasil – Cep 22411-030

Tel.: (55 21) 2555-3750 Fax: (55 21) 2555-3753

CNPJ: 00.343.941/0001-28 Inscrição Estadual: 85.643.355 Inscrição Municipal: 01.953.745

www.vivario.org.br



- Demais contas a receber e a pagar – são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 19 – COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.



Sebastião Correia dos Santos
Presidente
CPF.: 463.219.347-04



Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0